

Variável diaétnica: repensando a variação geolinguística pluridimensional contatual

Diaethnic variable: rethinking the multidimensional contact linguistic variation

Regis José da Cunha Guedes¹
<https://orcid.org/0000-0003-1743-1053>

DOI: 10.26512/rbla.v12i1.29735

Recebido em março/2020 e aceito em abril/2020

Resumo

Este estudo foi realizado a partir do *corpus* do projeto Atlas Linguístico do Português em Áreas Indígenas (ALiPAI), com o objetivo de demonstrar a influência da variável diaétnica nos dados cartografados nas cinco comunidades indígenas estudadas: Suruí Aikewára, Asuriní do Tocantins, Tembé, Guajajára e Guaraní Mbyá. Nortearam a elaboração deste estudo os pressupostos teórico-metodológicos da Geossociolinguística (Razky, 1998) e da Dialetoologia Pluridimensional e Relacional (Radtke e Thun 1996). Os dados foram coletados *in loco* a partir da aplicação de questionários elaborados pelo Comitê Nacional do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB 2001), com adaptações, acrescidos de outros questionários: Questionário Semântico-Lexical (QSL), Questionário Fonético-Fonológico (QFF), Questionário Fonético-Fonológico Complementar (QFFC), Questionário Sociolinguístico (QS). Os pontos de inquérito estudados são cinco comunidades indígenas localizadas nos estados do Pará e Maranhão, com dez colaboradores previstos em cada uma. Os colaboradores foram estratificados por sexo (masculino e feminino), em três faixas etárias (5 a 10 anos, 18 a 37 anos e 47 a 75 anos) e em duas faixas de escolaridade (analfabetos ao ensino fundamental e do ensino médio ao superior). Os resultados demonstram a importância da variável diaétnica no estudo geolinguístico da variação do português em contato com as cinco línguas indígenas faladas nas comunidades estudadas.

Palavras-chave: Variável diaétnica. ALiPAI. Geossociolinguística. Dialetoologia Pluridimensional e Relacional.

Abstract

This study was carried out from the corpus of *Atlas Linguístico do Português em Áreas Indígenas* (ALiPAI) [the Linguistic Atlas of Portuguese in Indigenous Areas] project,

¹ Linguista, Professor Adjunto na Universidade Federal Rural da Amazônia. E-mail: regisbspaz@gmail.com.

aiming to demonstrate the influence of the diaethnic variable on the mapped data of five indigenous communities studied: : *Suruí Aikewára, Asuriní do Tocantins, Tembê, Guajajara* and *Guarani Mbyá*. The theoretical-methodological assumptions that guided its elaboration were *Geossociolinguística* (Razky 1998) and *Dialetologia Pluridimensional e Relacional* (Radtke e Thun 1996). Data were collected *in loco* from the application forms prepared by the *Comitê Nacional do Atlas Linguístico do Brasil* (ALiB, 2001) [The National Committee of the Linguistic Atlas of Brazil], with adaptations, plus other data forms: *Questionário Semântico-Lexical* (QSL) [Semantic-Lexical Form], *Questionário Fonético-Fonológico* (QFF) [Semantic-Lexical Form], *Questionário Fonético-Fonológico Complementar* (QFFC) [Complementary Phonetic-Phonological Form], *Questionário Sociolinguístico* (QS) [Sociolinguistic Form]. The inquiry points are five indigenous communities located in the state of Pará and Maranhão, with ten contributors planned for each one. Contributors are stratified by sex (male and female) three age groups (5 to 10 years old, 18 to 37 y.o. and 47 to 75 y.o.) and two schooling levels (from illiterate to elementary school and from high school to college education). The results show the importance of the diaethnic variable at the Geolinguistic study of the Portuguese variation in contact with those five indigenous languages spoken on the studied communities.

Keywords: Diaethnic variable. ALiPAI. Geosociolinguistics. Pluridimensional and Relational Dialectology.

1. Introdução

Desde a gênese dos estudos dialetológicos propriamente ditos, no século XIX, passando pela construção dos primeiros atlas linguísticos, até o estágio atual da Moderna Dialetologia, é possível identificar um movimento contínuo de ampliação no campo de fatores linguísticos e extralinguísticos estudados e cartografados nos atlas linguísticos.

A variável geográfica, primeiro interesse dos dialetólogos do século XIX, mantém-se até hoje como fator indispensável para a compreensão da dinâmica da variação linguística, que está intrinsecamente ligada ao movimento populacional no espaço geográfico, pois as migrações e as alterações na composição de uma comunidade de fala deixam suas marcas nas línguas faladas por ela.

A partir da década de 1960, foram notórias as influências da sociolinguística laboviana nos estudos dialetológicos. A consideração das variáveis extralinguísticas, como sexo, idade, escolaridade no estudo da variação linguística ganhou espaço no campo de interesse dos geolinguistas. Como assinala Cardoso (2001):

Nesse campo, a contribuição laboviana tem sido relevante. A compreensão dos fenômenos sociais e de suas implicações nos fatos de língua mostrados por Labov (1966; 1971; 1972a; 1972b; 1975) tem conduzido a que os estudos dialetais, pelo menos nos países de história mais recente, contemplem a sua metodologia com aspectos que permitam levar em consideração preocupações de tal natureza. (Cardoso 2001: 41)

Desde então, vimos uma tendência nos atlas linguísticos em privilegiar o registro das variáveis sociais, e, na outra mão dessa via, o fator geográfico cedeu seu espaço. Os primeiros atlas linguísticos registravam a variação em um número muito elevado de pontos de inquérito, a exemplo do pioneiro Atlas Linguístico da França – ALF, de Gilliéron (1902, 1910), que trouxe uma rede de pontos composta por 639 localidades, uma vez que os pesquisadores estavam interessados eminentemente na delimitação de áreas dialetais. Por outro lado, o número de colaboradores por ponto de inquérito era mínimo, em geral apenas um colaborador em cada localidade. A consideração dos fatores sociais exigiu a inclusão de mais colaboradores por ponto de inquérito, viu-se então um movimento de ampliação desse número de colaboradores para dois, no caso dos atlas que incluíram o mapeamento da variação diagenérica, e para quatro, entre os atlas que incluíram a variável diageracional, além da diagenérica, por exemplo. Essa ampliação de fatores sociais acarretou necessariamente uma ampliação no número de colaboradores entrevistados em cada ponto de inquérito. Para exemplificar esse movimento, podemos tomar a metodologia adotada no Atlas Linguístico do Brasil - ALiB, que mapeou as variáveis diatópica, diagenérica, diageracional nos pontos nomeados como não capitais, perfazendo, assim, quatro colaboradores por ponto de inquérito. Nas capitais brasileiras, com a consideração da variável diastrática, o número de colaboradores foi duplicado, perfazendo oito indivíduos, divididos em dois grupos: mais e menos escolarizados.

A essa consideração dos fatores sociais no mapeamento geolinguístico, Razky (1998) chamou de Geossociolinguística. Para Razky (2010: 172) uma perspectiva geossociolinguística é necessária para compensar os limites de cada uma das duas disciplinas: A Sociolinguística cuja maior parte dos trabalhos no Brasil se detém na dimensão social e local; e a Geolinguística, que se ocupa com o aspecto espacial com uma estratificação social mínima.

No âmbito dos estudos da Dialetoologia Pluridimensional e Relacional de Radke e Thun (1998), vemos que esse movimento de ampliação dos fatores considerados e mapeados nos atlas linguísticos é contínuo. A exemplo do projeto do Atlas Linguístico-Contatual das Minorias Alemães - ALMA, vimos a inclusão de outras variáveis nesse rol, como se pode observar no quadro a seguir.

Quadro 1: Variáveis controladas no projeto ALMA

Dimensão	Parâmetro
Diatópica	Topostático (informantes com domicílio fixo)
Diatópico-cinética	Topodinâmico (domicílio fixo e mudança de domicílio – mobilidade espacial)
Diastrática	Ca = classe (socioculturalmente) alta Cb = classe (socioculturalmente) baixa
Diageracional	GII (geração mais velha) GI (geração mais jovem)
Diassexual	Ho = Homens Mu = Mulheres
Dialingual	hrs = hunsriqueano (Hunsrückisch) hdt = alemão padrão (Hochdeutsch) pt = Português sp = espanhol
Diafásica	Resp = respostas ao questionário Leit = leitura Tx = conversa livre (etnotextos)
Diarreferencial	Lg = fala “objetiva” MLg = fala metalinguística Língua-objeto vs. metalingua incluindo língua apresentada
Diarreligiosa	Cat = Católico Lut = Evangélico-Luterano
Diamésica	Escr = língua em meio escrito vs. Fal = meio falado

Fonte: <<https://www.ufrgs.br/projalma/>> (Adaptado)

A elaboração de projetos de atlas linguísticos² nos quais se pretende mapear o falar de comunidades formadas por indivíduos pertencentes a diferentes etnias, como indígenas e quilombolas, levou-nos a propor a inclusão de outro fator nesse rol de variáveis extralinguísticas mapeadas em atlas linguísticos pluridimensionais, que denominamos de variável diaétnica. Isto se deu, pois observamos que a abordagem de certos fenômenos de variação linguística, encontrados em estudos preliminares com dados desses projetos, não poderiam ser explicados somente a partir das variáveis em uso atualmente, tais como: diatópica, dialingual ou diarreferencial. Por outro lado, observar tais fenômenos a partir da etnicidade e cultura do falante, tem nos ajudado a compreendê-los melhor.

² Atlas Linguístico do Português em Áreas Indígenas (ALiPAI); Atlas Linguístico-Etnográfico do Vale do Acará (ALEVA).

A variável diaétnica consiste nas influências do fator etnicidade do colaborador na variação linguística. Em nossa percepção, a pertença de um indivíduo a um determinado grupo étnico induz o mesmo a atitudes linguísticas comuns a esse grupo, à uma prática linguística que é, ao mesmo tempo, uma prática identitária. Sendo parte da cultura, as línguas faladas por uma comunidade de fala são diretamente afetadas pela visão de mundo dessa comunidade, por seus costumes e valores, pelo sentimento de pertença ao grupo. É nesse ponto que a variável diaétnica se diferencia da variável dialingual. Enquanto esta representa a variação que ocorre na situação de contato linguístico, aquela vai além, representando as influências da etnicidade na variação linguística, dentro e fora das situações de contato linguístico e dialetal. Por esse motivo, a variável diaétnica pode ser observada também em comunidades consideradas monolíngues, isto é, no nível da variação interdialeto, representada nas diferenças existentes nos falares de grupos étnicos distintos que convivem em um mesmo espaço geográfico e que usam variedades diferentes de uma mesma língua.

Assim, pode-se dizer que variável diaétnica é a expressão que representa as influências de origem étnica na variação linguística do falar de uma determinada comunidade, independente da quantidade de línguas utilizadas por ela. Dessa forma, esse é um conceito aplicável tanto a contextos monolíngues, quanto bilíngues ou plurilíngues. Por seu turno, a variável dialingual, que designa tão somente a variação entre duas ou mais línguas em contato (Thun 2000: 189-190), é um conceito que tem sido aplicado ao estudo da variação em contextos bilíngues e/ou plurilíngues. Dessa forma, pode dizer que a variável diaétnica pode ser considerada mais abrangente que a dialingual, do ponto de vista dos contextos de ocorrência dos fenômenos linguísticos, pois não se detém aos aspectos intralinguísticos do contato, como por exemplo, a variação fonética ocorrida pelo contato entre línguas com sistemas fonético-fonológicos distintos, mas abre-se a fatores de ordem extralinguística que pesam nas escolhas e no uso da língua pelo falante.

Um campo de estudo possível de ser tomado como exemplo para análise da variação diaétnica são as comunidades quilombolas brasileiras, que em sua maioria são formadas por falantes de português, ou as comunidades indígenas que já perderam a sua língua tradicional, sendo formadas apenas por falantes de português. Nessas comunidades de fala podem ser registradas peculiaridades, rastros do substrato linguístico de línguas indígenas ou africanas usadas pelos antepassados dos membros dessas comunidades, que caracterizem as variedades dialetais em uso nelas, sendo expressões da identidade daquela comunidade. Por outro lado, a variação diaétnica também pode ser estudada em contextos bilíngues e/ou plurilíngues, como veremos neste estudo.

O Brasil é um país pluriétnico. É, por tanto, um campo profícuo para a realização de estudos na perspectiva diaétnica. A influência da etnicidade

na fala é tema recorrente entre os estudos sobre a variação linguística na contemporaneidade, em estudos realizados numa perspectiva sociolinguística, ou linguístico-antropológica, entretanto, não temos conhecimento do uso da nomenclatura diaétnica no campo dos estudos sociolinguísticos, dialetológicos e geolinguísticos.

A percepção da necessidade de uma nomenclatura para essa variável extralinguística emergiu a partir de meus estudos sobre a variação fonética do português falado em áreas indígenas dos estados do Pará e Maranhão, tema sobre o qual me dediquei na elaboração de minha tese de doutoramento, defendida em 2017. Posteriormente, com a criação do projeto Atlas Linguístico-Etnográfico do Vale do Acará - ALEVA, no qual tenho coordenado estudos sobre a variação fonética e lexical do português falado por comunidades de indígenas, japonesas e quilombolas que habitam a região do Vale do Acará/PA, pude perceber mais claramente que a variável diaétnica tem papel importante na constituição da identidade linguística dessas comunidades.

Em Guedes (2017), meu estudo objetivava mapear as seguintes variáveis: diatópica, diastrática, diagenérica, diageracional, diarreferencial e dialingual em cinco comunidades indígenas do Pará e do Maranhão. O mapeamento foi realizado nesta perspectiva, contudo, ao estudarmos alguns aspectos da variação entre as línguas indígenas estudadas, além das influências fonéticas do substrato linguístico de matriz Tupí-Guaraní no português falado por essas comunidades indígenas, nos deparamos com fatores de natureza étnico-cultural que nos conduziram a uma reflexão sobre a sua influência no processo de variação ora estudado. Tratava-se, em princípio de um estudo que abordava a perspectiva do contato do português com as cinco línguas indígenas estudadas. Contudo, verificamos que esses grupos indígenas também mantinham contato relativamente frequente com outras etnias, seja em eventos culturais, políticos, esportivos e religiosos. Por exemplo, em nossa estadia entre os tembé da aldeia Tekohaw (Terra Indígena Alto Rio Guamá), em 2015, observamos que alguns deles se casam com parentes Guajajára, vindos do Maranhão, ou com indígenas Ka'apor, da Terra Indígena Alto Turiaçu, localizada na outra margem do rio Gurupi. Além dessas relações de contato, tem-se o contato com falantes de língua portuguesa não indígenas, como professores e agentes de saúde. Além dos deslocamentos dos indígenas para as localidades próximas para comércio, atendimento médico e outras atividades. Essas situações de convívio e contato linguístico são uma realidade do cotidiano dessas comunidades. São aspectos que não podem ser estudados a partir apenas da descrição do contato de sistemas linguísticos diferentes, mas envolvem aspectos extralinguísticos: históricos, culturais, antropológicos e étnicos.

Os estudos da Dialectologia Pluridimensional e Relacional de Radke e Thun (1998) iniciaram os mapeamentos geolinguísticos de espaços plurilíngues, como nas comunidades de imigrantes no sul do Brasil, e nas regiões de fronteira

do Brasil com a Argentina, Uruguai, Paraguai e outros países, incluindo pela primeira vez uma língua indígena americana nesse mapeamento, o Guaraní, no caso do Atlas Linguístico Guaraní-Românico – ALGR de Dietrich, Thun e Symeonidis (2009). Todavia, a variação dialingual em áreas indígenas brasileiras ainda não tinha sido estudada na perspectiva da moderna dialetologia. Em Guedes (2017), iniciamos estudos nesse campo praticamente inexplorado pelos dialetólogos brasileiros.

2. Aspectos Metodológicos

No presente estudo, discutimos recortes do *corpus* do projeto Atlas Linguístico do Português em Áreas Indígenas (ALiPAI), por isso, apresentamos a seguir os aspectos metodológicos mais relevantes desse projeto.

O projeto ALiPAI tem por objetivo cartografar as variedades do português falado em áreas indígenas brasileiras. Para tanto, deu-se início a coleta de dados a partir da elaboração de duas teses de doutoramento pelo PPLG/UFPA: *Perfil Geossociolinguístico do Português em Contato com Línguas Tupí-Guaraní em Áreas Indígenas dos estados do Pará e Maranhão*, de Guedes (2017) e *Estudo geossociolinguístico do léxico do português falado em áreas indígenas de língua Tupí-Guaraní nos estados do Pará e Maranhão*, de Costa (2018).

2.1. Rede de pontos de inquérito

Apresentamos no quadro 2, a seguir, a rede de pontos de inquérito do projeto ALiPAI.

Quadro 2: Redes de Pontos de Inquérito

PROJETO ALiPAI		
	PONTOS	ETNIA
1	ALDEIA CACHOEIRA	GUAJAJÁRA (MA)
2	ALDEIA TEKO-HAW	TEMBÉ (PA)
3	ALDEIA SORORÓ	SURUÍ AIKEWÁRA (PA)
4	ALDEIA TROCARÁ	ASURINÍ DO TOCANTINS (PA)
5	ALDEIA NOVA JACUNDÁ	GUARANÍ MBYÁ (PA)

Fonte: Elaborado pelo autor

Foram levados em consideração no processo de eleição desses pontos de inquérito os seguintes fatores: (i). localização da comunidade; (ii). representatividade histórica e social das comunidades; e (iii). quantidade de habitantes por localidade. Foram selecionados pontos de inquérito, representativos de cada etnia. No projeto ALiPAI, os pontos de inquérito são cinco aldeias localizadas em quatro terras indígenas no estado do Pará e uma do Maranhão.

A pesquisa de campo em comunidades tradicionais, de modo geral, acarreta a dificuldade de acesso aos pontos de inquérito, que normalmente são afastados da zona urbana, o que constitui por si um desafio, em função das distâncias, transportes, estradas e custos. Todavia, ressaltamos que a coleta de dados para o projeto ALiPAI foi realizada *in loco*, com deslocamento e estadia de pesquisadores do projeto GEOLINTERM (UFPA).

2.2. Perfil dos colaboradores

O perfil dos colaboradores do projeto ALiPAI está disposto no quadro a seguir.

Quadro 3: Perfil dos Colaboradores do projeto ALiPAI

COLABORADORES	SIGLA	ESCOLARIDADE
1 Menino, 05-10 anos	MC	-
1 Menina, 05-10 anos	FC	-
1 Homem, 18-37 anos	MA1	não escolarizado ou escolarizado até a 8ª série (9º ano)
1 Mulher, 18-37 anos	FA1	não escolarizada ou escolarizada até a 8ª série (9º ano)
1 Homem, 47-75 anos	MB1	não escolarizado ou escolarizado até a 8ª série (9º ano)
1 Mulher, 47-75 anos	FB1	não escolarizada ou escolarizada até a 8ª série (9º ano)
1 Homem, 18-37 anos	MA2	escolarizado a partir do 1º ano do ensino médio
1 Mulher, 18-37 anos	FA2	escolarizada a partir do 1º ano do ensino médio
1 Homem, 47-75 anos	MB2	escolarizado a partir do 1º ano do ensino médio
1 Mulher, 47-75 anos	FB2	escolarizada a partir do 1º ano do ensino médio

Fonte: Elaborado pelo autor

No projeto ALiPAI, o perfil requerido previu a entrevista de 10 colaboradores por ponto de inquérito, sendo duas crianças e oito adultos, estratificados em sexo, idade e escolaridade. Neste projeto, tivemos a inclusão inovadora de dois informantes crianças, o que objetivou o registro mais abrangente da variação diageracional, no que se refere ao bilinguismo das comunidades, no intuito de demonstrar a vitalidade das línguas indígenas a partir do grau de competência linguística dos colaboradores, especialmente das crianças, o que é um dos parâmetros considerados para a classificação das línguas quanto à sua vitalidade pela UNESCO³.

Outro aspecto metodológico característico deste projeto é o uso da nomenclatura “colaborador” em lugar de “informante”. A nomenclatura “informante” ainda é utilizada correntemente no âmbito dos estudos

³ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

dialetológicos para definir os indivíduos que constituem a fonte da informação. Contudo, optamos por utilizar a nomenclatura “colaborador” para definir esse elemento da pesquisa. Nossa opção se deu em função de uma carga semântica negativa imposta ao termo “informante” no âmbito da pesquisa científica com indígenas. Em função do contexto sócio-histórico de contato e exploração dos povos indígenas brasileiros, no âmbito da pesquisa científica, permaneceu por gerações de pesquisadores um tratamento pomenorizado dos colaboradores no fazer científico, esses últimos eram tratados como meros fornecedores de informações sobre as suas etnias, suas culturas, as línguas que falam, os ambientes em que vivem, a natureza, o clima, os acidentes geográficos, etc. Entendemos, por outro lado, que o papel do colaborador vai além dessa postura passiva, mas se materializa como uma colaboração indispensável à pesquisa de campo geossociolinguística, que é melhor representado por um processo colaborativo, no qual inquiridores e os colaboradores cooperam para o registro de dados e a construção do conhecimento científico.

2.3. Instrumentos de pesquisa

No âmbito do projeto ALiPAI, a coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de questionários elaborados pela equipe do projeto ALiB (2001) acrescidos de outros questionários e de adaptações na aplicação dos mesmos. Neste projeto foram aplicados os seguintes questionários: **i. Questionário Sociolinguístico (QS)**, que tem por finalidade identificar a situação sociolinguística da comunidade em relação ao grau de bilinguismo e aos comportamentos linguísticos dos falantes em relação às línguas faladas nas comunidades (português e línguas indígenas); **ii. Questionário Fonético-Fonológico (QFF)**, que é orientado principalmente (não exclusivamente) no sentido de identificar as áreas em que ocorrem fatos fônicos já documentados para o português em pesquisas anteriores; **iii. Questionário Fonético-Fonológico Complementar (QFFC)**, elaborado a partir de fenômenos de influência fonético-fonológica, descritos por Silva (2010) com vistas a registrar as possíveis influências do substrato de origem Tupí-Guaraní no português falado pelos indígenas das etnias em questão; **(iii). Questionário Semântico Lexical (QSL)**: de natureza onomasiológica, que objetiva o registro da variação no léxico da língua portuguesa nas situações de contato linguístico e interdialetoal.

O QFF e QSL utilizados foram elaborados pelo Comitê do Atlas Linguístico do Brasil - ALiB, com uma adaptação para capturar o bilinguismo dos colaboradores. Essa adaptação se dá a partir da pergunta: *E, na sua língua, como se chama isso?* Essa indagação é feita após cada uma das perguntas do QFF e do QSL, no intuito de registrar o conhecimento lateral de uma língua indígena, além da portuguesa. Além dessa adaptação, foi acrescentada como última questão do QSL uma solicitação para o colaborador fazer uma narrativa

de um relato de experiência pessoal ou história da cultura tradicional na etnia investigada, tanto em língua portuguesa, quanto em língua indígena, o que teve a finalidade de propiciar o estudo de um nível de fala mais espontâneo, bem como o grau de competência linguística do colaborador em ambas as línguas.

Após a testagem dos questionários adaptados em comunidades indígenas pesquisadas em Guedes (2017), como a comunidade indígena Suruí-Aikewára, decidiu-se por utilizar, sempre que necessário (especialmente com as crianças e idosos), os questionários QFF e QSL ilustrados, por meio dos quais as perguntas indiretas são substituídas ou seguidas da apresentação de imagens impressas que representam o conceito requisitado em cada questão. Essa metodologia auxiliou bastante na captação de respostas, porém apresentou certas limitações. Por exemplo, os questionários ilustrados não trazem algumas questões previstas com itens de conteúdo abstrato ou constituídos por processos, como “obrigado” (QFF – 79), ou “fanhoso” (QSL – 101), uma vez que esses são de difícil representação imagética.

Na coleta de dados foi aplicado o método da pesquisa em três tempos, ou “passo triplo”, desenvolvido por Thun (1998), que prevê três passos no momento de realização dos inquéritos: *perguntar*, *insistir* e *sugerir*. Por exemplo, quando da aplicação do QSL, na questão 88 deve-se **perguntar**: “... aquele inseto pequeno, de perninhas compridas, que canta no ouvido das pessoas, de noite? (*Imitar o zumbido*)”. Em caso de não resposta, deve-se **insistir** reformulando a pergunta, por exemplo: ele é bem pequeno, voa e nos ferra chupando sangue...”. Caso persista a falta de resposta, deve-se **sugerir**: “você usa as palavras carapanã, pernilongo, muriçoca...?”. Nessa técnica de recolha de dados, é possível registrar o nível de domínio e uso de determinado item lexical.

As entrevistas foram realizadas *in loco*, com a utilização de gravadores digitais diversos. As entrevistas, via de regra, foram segmentadas em duas ou três partes, em função da postura, cansaço ou prontidão dos colaboradores, tendo em vista a extensão do tempo de aplicação dos questionários que juntos totalizam aproximadamente 836 perguntas feitas a cada colaborador.

Na seção a seguir, discutiremos alguns resultados obtidos a partir do mapeamento da variação diaétnica em dados coletados nos pontos de inquérito do projeto ALiPAI.

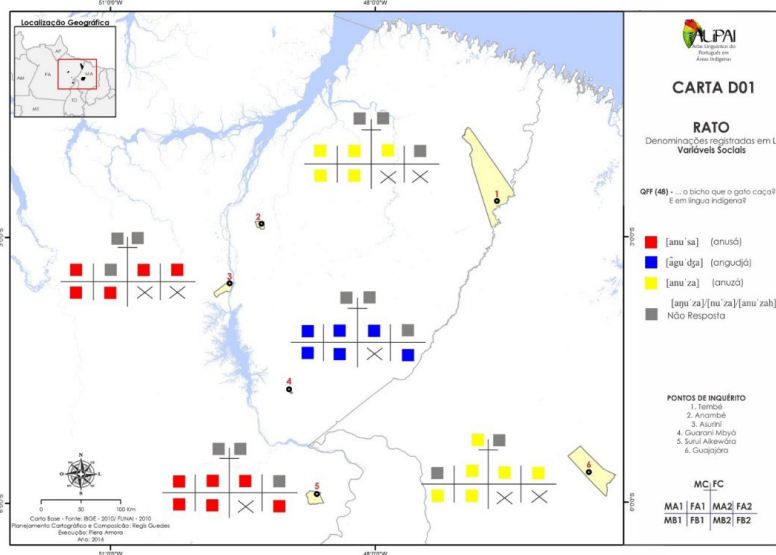
3. Discussão dos resultados

A partir do mapeamento geossociolinguístico de dados do projeto ALiPAI, registramos a variação entre alguns fonemas na situação de contato entre o português e as cinco línguas indígenas da família Tupí-Guaraní investigadas. Neste registro, entendemos que, a partir de uma perspectiva diaétnica, essas variantes representam e constituem a identidade dessas comunidades.

No caso das variantes fonéticas mapeadas entre os Tembé e os Guajajára, e entre os Suruí Aikewára e os Asuriní do Tocantins, temos bons exemplos de como a variação dos fones em questão é afetada pela identidade desses indivíduos, ao ponto de os mesmos se considerarem como pertencentes a etnias diferentes mesmo tendo constituído, respectivamente, partes de um mesmo sistema cultural no passado. As relações de parentesco⁴ entre as línguas faladas por esses povos dentro da família Tupí-Guaraní, descritas por Rodrigues e Cabral (2002), nos dão embasamento para afirmar que as semelhanças e diferenças observadas no nível fonético dessas línguas estão relacionadas à variação que elas sofreram com a migração desses povos indígenas pelo território brasileiro. Essa configuração, por sua vez, integra a identidade étnica desses grupos à medida que as características linguísticas passam a ser distintivas entre eles.

Para exemplificar esse processo, apresentamos a Carta D01 (figura 1) na qual foi mapeada a variação entre os fonemas /s/, /z/ e /dz/, no registro das variantes [anu'sa], [anu'za], [ãgu'dʒa], na carta linguística sobre o item lexical rato, que demonstra a configuração da variação fonética das cinco línguas indígenas estudadas.

Figura 1: Carta D01 – Denominações registradas em LI para “rato”



Fonte: Elaborado pelo autor

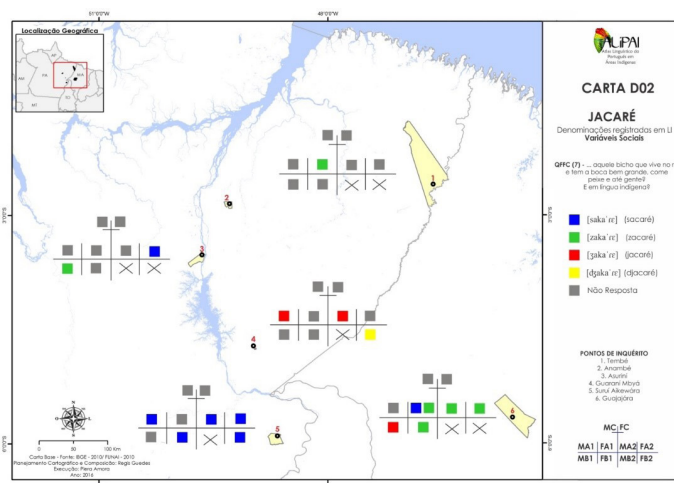
A cartografia dos dados demonstrou que os Asuriní do Tocantins (ponto 3) e os Suruí Aikewára (ponto 5) usam a forma [anu'sa], enquanto que entre os Tembé (ponto 1) e os Guajajára (ponto 6) o registro foi da forma [anu'za] e suas

⁴ As línguas Tembé, Guajajára, Suruí Aikewára e Asuriní do Tocantins pertencem ao ramo IV, e a língua Guaraní Mbyá, ao ramo I da família linguística Tupí-Guaraní, segundo Rodrigues e Cabral (2002)

variantes fonéticas [aju'za], [nu'za] e [anu'zah]. Essa variação coaduna com as relações de parentesco traçadas por Rodrigues e Cabral (2002), bem como, com a historiografia dessas etnias, descrita por Laraia (1967), que aponta para o fato de que as etnias Asuriní do Tocantins e Suruí Aikewára formaram, em tempos remotos, um mesmo sistema cultural. O mesmo pode ser dito em relação às etnias Tembé e Guajajara, que, segundo Silva (2010), constituem, respectivamente, os ramos ocidental e oriental dos Tenetehara, que habitavam áreas indígenas localizadas no estado do Maranhão, até um determinado momento em que um grupo migrou para o Pará, constituindo posteriormente a etnia Tembé. Os que permaneceram no Maranhão passaram a ser denominados como Guajajára. Por outro lado, a variante registrada entre os Guaraní Mbyá (ponto 5) foi [ãgu'dza], o que evidencia a maior distância desse grupo em relação aos demais, dentro da estrutura de parentesco da família Tupí-Guaraní, proposta por Rodrigues e Cabral (2002).

A variação entre os fones [s, z, ʒ, dʒ] foi registrada na carta D02 (figura 2) sobre o item *jacaré*⁵, obtida a partir da aplicação do Questionário Fonético-Fonológico Complementar – QFFC. Na carta D02 (figura 2), sobre as denominações em línguas indígenas para *jacaré*, obtivemos o registro de [saka're] entre os Suruí Aikewára (ponto 5), Asuriní (ponto 3) e Guajajára (ponto 6). Entre os Tembé, os Guajajára e os Asuriní também houve registro de [zaka're]. Ressaltamos ainda o registro de [zaka're] (tal como o português brasileiro) como variante nas línguas Guaraní Mbyá e Guajajára, para o item em questão.

Figura 2: Carta D02 – Denominações registradas em LI para “jacaré”



Fonte: Elaborado pelo autor

5 Do Tupí: jacaré – ‘crocodilianos do gén. *Caiman*’. T yaka're: Mcg 242 jacare ‘*Caiman sclerops* Shneid. (?) ou *Caiman latirostris* (Daud.) (?)’; Laet 576 iacare ‘crocodyli’; VLB 2.17 IACARE ‘LAGARTO DAGOA’; Ab 248 v yacaré ‘crocodilles’; Léry 1.162 iacaré ‘crocodiles’ (RODRIGUES, 1958).

No ponto 4 (Guaraní Mbyá), obtivemos o registro de [dʒaka're] como resposta para a língua Mbyá, na fala da colaboradora FB2, como se pode observar na carta D02 (figura 2). O que pode ser um indício de que a variação entre a fricativa álveo-palatal sonora [ʒ] e a africada álveo-palatal /dʒ/ ainda ocorre na fala dos indígenas mais velhos, pertencentes a essa etnia. Segundo Ivo (2014: 116), na língua Guaraní Mbyá a “africada palatal vozeada [dʒ] ocorre no ataque de sílabas iniciais, mediais e finais, antes de segmentos vocálicos orais posteriores, em sílabas tônicas e prètônicas”. Por outro lado, estudos sobre a fonologia Mbyá, como os de Martins (2006) e Ivo (2014) demonstraram que a fricativa álveo-palatal sonora /ʒ/ inexistente no sistema fonológico do Guaraní Mbyá. Ressaltamos que esse fenômeno também se verificou em outras ocorrências de fala da mesma colaboradora, nos seguintes registros da pesquisa: a) ['dʒēmɐ] (gema); b) ['dʒēhʊ] (gênero); c) [kã'dʒikɐ] (canjica) e d) [ka'dʒu] (caju), em todos os casos, observa-se a recorrência do fenômeno seguindo a descrição do sistema fonológico da língua Mbyá feito por Ivo (*op. cit.*), no qual, respectivamente, a africada palatal sonora [dʒ] **ocorre no ataque de sílabas iniciais: exemplos a) e b); mediais: exemplo c) e finais: exemplo d).**

Do ponto de vista intralinguístico, parece-nos que constituem fatores favorecedores dessa variação registrada nas duas cartas linguísticas apresentadas o fato de que, nos sistemas fonético-fonológicos das línguas Asuriní (Nicholson, 1978) e Suruí Aikewára (Lopes, 2014) não existe a fricativa álveo-palatal sonora [ʒ], bem como, nos sistemas das línguas Tembé e Guajajára, segundo Silva (2010), não existem as fricativas álveo-palatais sonora [ʒ] e surda [s]. A carta linguística D01 (figura 1) demonstra, assim, uma tendência entre essas línguas indígenas para a variação entre os sons [s, ʒ, dʒ]. Consideramos esses fatores fonético-fonológicos como favorecedores do processo, todavia entendemos que os mesmos não definem categoricamente os usos e as escolhas dos falantes. Em nossa percepção, os fatores extralinguísticos precisam ser estudados paralelamente aos internos ao sistema, para uma compreensão mais ampla do processo de variação. Essa perspectiva é conhecida no âmbito dos estudos dialetológicos como abordagem pluridimensional da variação linguística.

Como exemplo da necessidade de uma abordagem pluridimensional da variação linguística, observa-se na carta D01 (figura), o fenômeno da substituição da nasal velar /ŋ/ pela nasal dento-alveolar [n] na língua Guajajára. A resposta [aŋu'za] foi registrada na fala do colaborador MB1 do ponto de inquérito 6. Nesse exemplo, pode-se identificar um caso de variação que tem natureza diageracional (pelas diferenças observadas entre as diferentes faixas etárias envolvidas), dialingual (pelas influências do português nas línguas indígenas em questão) e diaétnica (pela postura dos colaboradores diante da manutenção ou mudança em curso nas línguas indígenas). A variação registrada pode indicar uma tendência dos colaboradores da terceira faixa etária (mais velhos) em conservar os fones da língua indígena que não existem no

português, ao passo que, entre os mais jovens, verifica-se uma tendência para a substituição desses fones que não existentes no português por outros, com articulação similar, pertencentes ao sistema fonológico da língua portuguesa. Entre os colaboradores entrevistados, o MB1 Guajajara foi o único a realizar o fonema /ŋ/ na pronúncia do referido item lexical, os demais realizaram os fones [n] ou [g], inclusive os demais colaboradores da 3ª faixa etária.

Em nossa entrevista com a colaboradora FB2, que é professora de língua e cultura indígena na escola da aldeia Sororó, do povo Suruí Aikewára, registramos o seu relato quanto às “resistências” encontradas entre os alunos mais jovens em aprender a pronúncia de alguns sons da língua indígena que não fazem parte do sistema fonológico do português, a exemplo da nasal velar /ŋ/ do Suruí Aikewára, que compõe a palavra [, tarɛtʃirɛ'ʧjɪŋɐ] (libélula), comumente substituída pela oclusiva velar sonora /g/, antecedida de vogal nasalizada, ou pela nasal dento-alveolar /n/ do português, como ocorreu no exemplo anteriormente dado [anu'za] ou [ãgu'dʒa], que variam com [aŋu'za]. Outro exemplo desse processo de privilégio dos fonemas existentes no sistema da língua portuguesa nas pronúncias dessa língua indígena pelos indígenas mais jovens, citado pela colaboradora Suruí FB2, é a substituição da vogal alta central /i/ do Suruí Aikewára, que compõe, por exemplo, a palavra ['i] (*água*), comumente substituído pela vogal alta anterior /i/ do português. Segunda a professora, os alunos têm dificuldade em “falar certo a língua” suruí.

Nesse relato da colaboradora FB2 Suruí Aikewára, percebe-se que a variação entre os fones [ŋ, n, g] ou [i, i] tem um valor cultural, que, na concepção dela, identifica o povo Suruí Aikewára, o que ela expressa como “a fala certa da língua”. A entrada voraz da língua portuguesa nessas comunidades gera variação nas línguas indígenas, especialmente quando faladas pelos mais jovens. À medida que essa variação parece incomodar os indivíduos das gerações mais velhas, podemos avaliar que se está diante de um processo de variação no qual estão envolvidos não apenas dois sistemas fonético-fonológicos diferentes em contato (o do português e o do Suruí), mas, há elementos identitários e étnicos que compõem esse complexo sistema de escolhas que a comunidade de fala faz no uso das duas línguas envolvidas.

4. Considerações Finais

Considerando-se os dados fonéticos do projeto ALiPAI aqui estudados, pode-se afirmar que a configuração da variação dos fones [s, z, ʒ, dʒ], [ŋ, n, g] e [i, i] tem natureza diaétnica, uma vez que, por um lado, representa as relações de parentesco existente entre as cinco línguas indígenas mapeadas, e seu contato com o português (variação intralinguística), por outro lado, serve ao caráter intercultural dessas comunidades indígenas, o que envolve aspectos de natureza extralinguística, como a identidade e pertencimento dos falantes às suas respectivas etnias.

Acredita-se que a continuidade do mapeamento do *corpus* do projeto ALiPAI deva apresentar mais informações de natureza diaétnica, que ajudem a compreender de forma mais ampla o funcionamento dessa variável.

Referências

- Cardoso, S. A. M. 2001. Dialectologia: trilhas seguidas, caminhos a perseguir. *Delta*, São Paulo n. 17, especial, p. 25-44
- Costa, E. O. da. 2018. *Estudo geossociolinguístico do léxico do português falado em áreas indígenas de língua Tupi-Guarani nos estados do Pará e Maranhão*. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Pará.
- Dietrich, W.; Symeonidis, H. 2009. Atlas Lingüístico Guaraní-Románico (ALGR), T1: Léxico del cuerpo humano. THUN *et al* (Org.) *Atlas Lingüístico Guaraní-Románico* (ALGR). Kiel: Westensee-Verlag.
- Guedes, R. J. da C. 2017. *Perfil geossociolinguístico do português em contato com línguas tupi-guarani em áreas indígenas dos estados do Pará e Maranhão*. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Pará.
- Gilliéron, J. 1902-1910. *Atlas linguistique de la France*. Paris: Champion.
- Houaiss, A. 2001. *Dicionário eletrônico Houaiss de língua portuguesa*. São Paulo: Objetiva.
- Ivo, I. P. 2014. *Características fonéticas e estatuto fonológico de fricativas e africadas no Guaraní-Mbyá*. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas.
- Lopes, J. D. 2014. *Uma interface da documentação linguística e modelos lexicográficos para línguas indígenas brasileiras: uma proposta para o Surui-Aikewára*. Tese (Doutorado). Universidade de Brasília.
- Martins, M. F. 2006. Aspectos da fonologia prosódica Guaraní Mbyá. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*. V. 4, ago., n. 7.
- Nicholson, V. 1978. *Aspectos da Língua Asuriní*. Brasília: Summer Institute of Linguistics.
- Radtke, E.; Thun, H. 1996. *Dialectologia pluridimensionalis romanica*. Kiel: Westensee-Verlag.
- Radtke, E.; Thun, H. 1998. La geolingüística como lingüística variacional general (con ejemplos del Atlas lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay). In: Ruffeno, Giovanni. *International Congress of Romance Linguistics and Philology*. Tübingen: Niemeyer.
- Razky, A. 1998. O Atlas geo-sociolinguístico do Pará: Abordagem metodológica. In: AGUILERA (Org.) *A geolingüística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: UEL.
- Razky, A. 2010. Uma perspectiva geo-sociolinguística para a análise do *status* da variável < s > em contexto pós-vocálico no nordeste do estado do Pará. *Estudos Linguísticos e Literários*. Salvador, n. 41.

- Rodrigues, A. D.; Cabral, A. S. A. C. 2002. Revendo a classificação interna da família Tupi-Guaraní. In: *I Actas do I Encontro Internacional do GTLI da ANPOLL*. Belém: EDUFPA.
- Silva, T. F. da. 2010. *História da língua tenetehára: contribuição aos estudos histórico-comparativos sobre a diversificação da família linguística tupi-guarani do tronco tupí*. Tese (Doutorado). Universidade de Brasília.
- Thun, H. 2000. O português americano fora do Brasil. In: Gärtner, E.; Hundt, C.; Schönberger, A. (Ed.). *Estudos de geolinguística do português americano*. Frankfurt a M.: TFM, p. p. 189-190